

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 30/2020

Ao dia um do mês de julho de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, reuniu-se via zoom.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Carlos Reis, Cláudia Silvestre (que presidiu e redigiu a presente ata), Francisco Sena Santos, Helena Pina, Helena Ribeiro, Jorge Trindade, José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Manuel Marques Batista, Rúben Neves e Tiago Duarte. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião tinha a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata 29;
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da ESCS 2019;
4. Assuntos supervenientes.

A Presidente do CR iniciou a reunião dando as boas vindas a todos conselheiros.

### **1. Informações**

Cláudia Silvestre referindo-se à Sessão aberta de preparação do ano letivo 20-21, passou a descrever o modelo de ensino definido e apresentado pela Direção: Regime blended com 1/3 de aulas presenciais (obrigatórias), 1/3 de aulas online (obrigatórias) e nas restantes aulas o docente poderá optar, livremente, pelo regime online ou presencial. Relativamente aos

horários, as aulas serão leccionadas em módulos de 3 horas, sempre para o mesmo grupo de alunos. Dada a capacidade segura das salas ser de 17 alunos, quando adotarem o regime presencial, os professores terão de desdobrar as turmas. Mencionou que embora a recomendação da Direção, dadas estas circunstâncias, tenha sido a redução dos programas das UC, isso não será feito na secção de Estatística onde se está a procurar formas de colmatar o encurtamento do número de aulas complementando com vídeos, leitura e discussão de artigos de pequena dimensão e a realização de pequenos exercícios, via *moodle*. O que também está a ser feito por outros colegas, de acordo com o que foi dito na Sessão Aberta. No entanto, salientou a necessidade de formação de forma a todos poderem ter um melhor desempenho enquanto professores o que segundo a Direção, está previsto.

José Manuel Cavaleiro, comentou que não concorda com a redução de matéria a lecionar, uma vez que existem programas, FUC e planos curriculares já aprovados e têm que ser cumpridos.

Rúben Neves refere que não se lembra que a Direção tenha proposto a redução dos conteúdos, mas que na prática não deixou alternativa, visto que havendo menos aulas com o mesmo grupo de alunos, não há hipótese de dar a matéria toda, pois nenhum de nós tem aulas a mais. Francisco Sena Santos corrobora, manifesta a sua preocupação quanto à formação dos alunos e ressalta a necessidade da formação para os professores. Rúben Neves retomou a palavra para manifestar a sua inquietação quanto a ser cada um a responder por si e em não haver uma voz única de comando quanto ao ensino a adotar e à sua operacionalização. Falando no caso concreto das suas UC, em que hardware e software são fundamentais para o bom desempenho, levanta a questão: Quem assegura a justiça nas avaliações quando nem todos os alunos têm acesso às mesmas condições técnicas?

Júlia Barros comenta que na Sessão Aberta os colegas não sabiam de nada e estavam a ser confrontados, pela primeira vez, com aquele modelo de ensino. E que teria havido vantagem em recolher informação junto dos coordenadores de curso, bem como algum debate sobre o assunto, recordando que a realidade da escola é muito diversa.

Cláudia Silvestre comentou que sentiu alguma abertura por parte da Direção nessa sessão e que tem a expectativa que venham a existir alterações. Helena Ribeiro lembra que já há muito trabalho desenvolvido pela Direção na realização dos horários com as aulas em módulos de 3 horas, justificando assim a sua opinião cética quanto a possíveis alterações.

Não havendo mais informações passou-se ao ponto 2.

## **2. Aprovação da ata 29**

A ata número 29 foi aprovada por unanimidade.

## **3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da ESCS 2019**

Pelas quinze horas a Direção - Presidente André Sendin e as Vice-Presidentes Sandra Miranda e Alexandra David - juntou-se à reunião via zoom. Cláudia Silvestre deu as boas vindas aos membros da Direção e passou-se à apresentação do Relatório de Atividades (RA) de 2019. O Presidente fez uma breve apresentação das atividades da Direção durante o ano de 2019, e de seguida iniciou-se o período de discussão do documento. De forma a organizar melhor a reunião Cláudia Silvestre propôs que a discussão fosse feita de acordo com a organização do documento, por pontos.

Manuel Batista questionou se a atribuição de grau de Doutor é mesmo um objetivo da ESCS. André Sendin respondeu dizendo que a ESCS tem dado passos nesse sentido, e que tem que se trabalhar para esse objetivo. José Manuel Cavaleiro concorda dizendo que, embora ainda não tenhamos as condições, é uma oportunidade a não perder de vista e que tem que ser uma prioridade da ESCS. Sandra Miranda confirmou que ainda não temos as condições, mas que têm sido feitos esforços nesse sentido, um exemplo são as reuniões e procura de parcerias para a criação de um centro de investigação.

Rúben Neves, falando da diversidade de interesses que existe na nossa sociedade, acha que a ESCS devia apostar num conjunto de pós-graduações que não existem em nenhum dos nossos concorrentes, por isso questionou a Direção no sentido de saber se tem interesse estratégico e condições para a sua realização.

André Sendin confirma que há interesse estratégico, mas que neste momento existem muitas limitações e pelo menos até março de 2020 não há possibilidade de novas contratações. Consequentemente, adverte que num futuro próximo não há essa possibilidade.

Ainda sobre as formações, José Manuel Cavaleiro informou que o Grima foi contactado porque os alunos brasileiros não conseguem a obtenção de visto para formações com duração inferior a um ano, destacando a importância de se tentar perceber como isso poderá condicionar a escola e os alunos.

Sobre o Objetivo Estratégico (OE) 1, Helena Ribeiro referiu que em relação ao OE1.3, o que está escrito no relatório não corresponde ao que estava proposto no Plano de Atividades (PA),

e é natural que haja adaptações, embora se espere alguma explicação. Mas o que se torna confuso é a reformulação dos cursos aparecer neste relatório no OE1.3 e ter sido enunciado no PA no Objetivo Operacional (OP) 1.5. Nesse sentido sugere que esta informação passe para o OP1.5. Também considera que no final do OE1, depois de se fazer referência à submissão do curso de Jornalismo à A3ES, deve-se referir que o curso foi creditado, ainda que essa informação só tenha sido conhecida em 2020. Por fim, levanta a questão da taxa de sucesso média da ESCS. Inicialmente na proposta do PA para 2019 a Direção pretendia aumentá-la para 80%, depois de discutida no Conselho, a Direção diminuiu para 75%, mas observa-se agora neste relatório, que em 2019 ficámos com 71%, o que levanta duas hipóteses, ou os professores e alunos não corresponderam aos objetivos ou a Direção fez uma proposta pouco sensata. Sendo este um objectivo sensível, e que pela primeira vez não é atingido e não havendo nenhuma explicação neste relatório, esperava que a Direção tivesse feito algum balanço ou pensado sobre as possíveis causas e que o Presidente as abordasse na sua apresentação.

O Presidente concordou com Helena Ribeiro e comentou que aprenderam, por isso é que no PA de 2020 a meta proposta para a taxa média de sucesso seja “acima de 70%”. Sobre as possíveis causas a vice-presidente Sandra Miranda refere que há uma explicação, que de alguma forma está refletida no relatório, e que está diretamente relacionada com o decréscimo abrupto da taxa de aprovação do mestrado em PM. Sendo estas estimativas feitas com base nos dados de anos anteriores e como tinha havido um aumento de entrega de trabalhos no mestrado de PM nos dois últimos anos, não era expectável um grande decréscimo e esta variação condicionou a taxa média de sucesso da ESCS. Helena Ribeiro observa que no relatório não há informação detalhada para cada mestrado, apenas sobre o conjunto dos mestrados e que não há grande variação de 2108 para 2019, na realidade a taxa média de sucesso até aumentou de 44% para 45%. Realça que este relatório não é um mero documento e que é importante fazer um balanço e aprender para que se possam estabelecer metas adequadas, por isso considera uma falha grave não haver nada escrito nem ter sido abordado na apresentação da Direção.

José Manuel Cavaleiro lembra que um dos objectivos destas reuniões é produzir relatórios melhores e que isso tem vindo efetivamente a acontecer. Realça que estes relatórios refletem um trabalho contínuo, por isso não basta ver o que aconteceu no último ano. Por outro lado, deve haver rigor na apresentação dos resultados e estes devem servir para tirar conclusões

para que se possam definir melhor as metas a atingir. Conclui, dizendo que na sua opinião é melhor ultrapassar as metas do que não as alcançar e que quando isto acontece é necessário perceber o que se passou e posteriormente definir estratégias.

André Sendin agradece a intervenção da Helena Ribeiro, refere que aprenderam e que tudo será feito para que estas situações não voltem a ocorrer. Concorde que faria sentido explicar esta descida de 75% para 70% e que para além da descida observada no mestrado de PM, já identificada por Sandra Miranda, irá procurar outras causas. Helena Ribeiro diz que o mais importante não é, se está ou não escrito no relatório, mas perceber o que se passou. Eventualmente o ano 2016/17 é que foi um ano excepcional. Sandra Miranda, embora não tendo a certeza, acha que 2016/17 deve ter sido um ano atípico, pois houve a reformulação dos cursos que contribuiu para um aumento da taxa de sucesso e informa que irá aprofundar melhor esse assunto.

Rúben Neves assegura que é sensível a este assunto, mas não sabe se é útil colocar uma justificação no relatório e adverte que estaríamos a abrir um precedente.

Cláudia Silvestre, referindo-se à tabela 3, questiona o que está a ser feito para captar alunos, uma vez que se observa em alguns cursos um grande decréscimo e como este ano a participação na Futurália e as visitas às ESCS estão condicionadas, teme que o decréscimo ainda se agrave mais.

André Sendin partilha que foram desenvolvidas algumas iniciativas online, este ano pela primeira vez as quatro licenciaturas tiveram o Open Day e tiveram uma boa procura, mas que a sua preocupação está mais nos mestrados e pós-graduações, no entanto, revela que os números das candidaturas este ano são semelhantes aos do ano passado por esta altura.

Manuel Batista retoma a preocupação do Rúben Neves manifestando também a reserva quanto a escrever-se uma justificação no relatório, questionando até que ponto é útil justificar todos os objetivos que não se atingiram. Considera que o compromisso que a Direção acabou de tomar perante este órgão é, no seu entender, suficiente. Quanto ao ponto 1.3, já que é um objectivo vir a conferir o grau de doutor e surgindo este no documento como uma oportunidade, sugere que essa intenção também apareça neste ponto. André Sendin manifesta alguma reserva uma vez que ainda não temos as condições.

Quanto ao objectivo 2, Helena Ribeiro pede esclarecimentos sobre a abertura de procedimentos concursais, tópico recorrente nos relatórios e questiona em que estado se encontram, se abriram, se estão a decorrer, se já estão terminados. André Sendin esclarece



que estão a dar continuidade ao plano a que se propuseram, o de abrir dois concursos por ano para professor coordenador. Informa que há vários concursos a decorrer, que o de AM foi anulado e que já se deu conhecimento à Presidente do CTC para se decidir o que fazer. Houve um que já terminou na área das Estatísticas e Sondagens, por isso temos mais um Professor Coordenador, o Professor António Belo. José Manuel Cavaleiro comenta que existem muitos concursos abertos no IPL mas que os serviços não têm dimensão para tratar todos os processos de forma célere, daí termos a ideia que os concursos arrastam-se por muito tempo.

Cláudia Silvestre aborda a questão da percentagem de docentes ETI doutorados e Docentes ETI com título de especialista ser inferior a 64%, taxa a atingir de acordo com o que está enunciado no OP 2.1, e questiona se um dos fatores que contribuiu para não se atingir esta taxa não estará relacionado com o facto de ter se de contratar docentes com horários muito reduzidos para dar aulas à turma que veio do ISCEM. Estas contratações não estavam previstas e vieram desequilibrar os rácios. Nesse sentido, considera que o texto deveria fazer referência a esta situação extraordinária.

André Sendin concorda que estas novas contratações têm o seu efeito negativo, mas recorda que a percentagem a atingir é uma imposição externa e por isso questionou se não se deveria retirar esse parágrafo. José Manuel Cavaleiro, embora concorde que possa não fazer sentido haver essa referência no relatório, enfatiza que este deve ser mesmo um objectivo a atingir. Concorda que nem sempre temos os meios, mas que também é preciso ter vontade e recorda que só se consegue ter mais investigação se houver um corpo docente a tempo integral. André Sendin garantiu que há vontade e que acha que a curto prazo os nossos resultados serão melhores.

Em relação ao OE3, José Manuel Cavaleiro elogia o empenho o esforço feito por todos os colegas para se candidatarem a projetos da FCT e também o trabalho feito pelo GAE que faz uma excelente newsletter.

Quanto ao ponto sobre internacionalização não houve comentários e passou-se ao OE5- Relação com a Sociedade. José Manuel Cavaleiro realça que no ensino superior nem sempre se dá a devida importância a este ponto, mas que é valorizado em algumas avaliações externas, por isso considera este é um aspeto a reforçar. Rúben Neves salienta a importância dos projetos que acabam por nos obrigar a trabalhar para a sociedade e deu o exemplo das Eco Escolas.

Manuel Batista elogia o trabalho que tem sido feito relativamente aos estágios e à inserção dos alunos no mercado de trabalho e pediu que o elucidem melhor sobre a nova plataforma.

Alexandra David explicou que este está a ser um processo demorado. A plataforma foi adquirida em 2019 e estava previsto ser implementada no 1º trimestre de 2020. Embora esta plataforma esteja implementada noutras Instituições de Ensino Superior, a ESCS adquiriu a nova versão, mas esta apresentou algumas fragilidades em relação à proteção de dados e está a ser corrigida.

Manuel Batista lembrou também que a submissão e revisão de artigos da revista Comunicação Pública faz-se via e-mail e que seria bom haver também uma plataforma para interagir com os autores e revisores. Sandra Miranda acha uma excelente ideia mas adverte que a sua implementação está dependente da disponibilidade orçamental.

Helena Ribeiro comenta que acha notável o trabalho que esta Direção fez apenas num ano, realçando alguns seminários e projetos, contudo alguns deles não são bem relação com a sociedade por isso considera que deveriam estar enunciados com outra designação, o que foi corroborado por José Manuel Cavaleiro.

Cláudia Silvestre observa que no relatório há referência a documentos sobre as alternativas de ensino de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e reforça a necessidade dessa informação ser partilhada como todos os docentes que estejam ou venham a lidar com estes alunos. Também considera importante a troca de experiências entre docentes, bem como o seu registo, para que se tenha ideia de possíveis adaptações curriculares. Sandra Miranda considera que a Direção fez um trabalho muito significativo neste âmbito, e que em parceria com o IPL têm proporcionado melhores condições aos alunos. Também tem havido melhorias no sítio da ESCS onde se pode encontrar um item específico destinado a alunos NEE.

Quanto ao OE6, José Manuel Cavaleiro questiona a sua designação - Gestão e Governança Participativa – pois na leitura dos objectivos 6.1 a 6.10 não fica evidente que exista uma governança participativa. Helena Ribeiro também não acha que a designação seja a mais adequada, contudo é a que está no PA. Refere a propósito desta questão, que a Comunicação não aparece onde habitualmente aparecia nos planos e relatórios da escola. A Comunicação era enquadrada como objectivo estratégico autónomo e era relativo à visibilidade da ESCS, daí que tivessem sentido os indicadores quantitativos que visam melhorar a visibilidade da escola.

Foi uma opção desta Direção colocar a Comunicação no âmbito do objectivo estratégico OE6 que enunciam como Gestão e Governança Participativa, daí que concorde com José Manuel Cavaleiro, neste contexto trata-se de uma prática e não de uma mera proclamação.

André Sendin confirma que a organização do PA e consequentemente no RA foi alterada. Esclarece que tentam integrar sempre o maior número de opiniões para tomar decisões, de forma que as decisões sejam participativas. José Manuel Cavaleiro considera que faria sentido fazer referência a algumas situações em que isso aconteceu, para que não fiquem expressas apenas intenções. Relembra que a liderança participativa envolve ouvir as pessoas. Sendo que a Direção, depois de ouvir, pode não acatar as sugestões e tomar decisões diferentes. Dando como exemplo a Sessão Aberta de preparação do ano letivo 20-21 e reconhecendo que a situação é complicada, ainda assim acha que os coordenadores de secção e de curso deveriam ter sido ouvidos e eventualmente até alguns docentes. Contudo, para muitos colegas, foi a primeira vez que ouviram as decisões da Direção de como o ano iria decorrer. André Sendin elucida que este processo teve várias fases (1) ouvidos os presidentes dos órgãos onde se definiram uma ou duas regras em que estavam todos em concordância, (2) em seguida os coordenadores de curso: licenciatura, mestrado e pós-graduação, (3) também foram ouvidos os coordenadores de secção e finalmente (4) na Sessão Aberta recolheram-se mais sugestões. Assim a Direção tentou recolher informação de todos os órgãos.

Júlia Barros comenta que tanto quanto se lembra a Secção de Ciências Sociais não foi consultada. André Sendin relembra que houve uma reunião online com todos os coordenadores onde foi a apresentada a regras dos terços e outros pormenores. Júlia Barros contrapõe que se lembra dessa reunião onde foram apresentadas as regras mas não como sendo uma consulta. Por outro lado, disse que nessa reunião falou da sua experiência e não em nome da secção, pois não a consultou previamente, e recorda que a experiência dos docentes da escola é muito diversificada e é essa diversidade que faz com que um determinado modelo seja difícil de se concretizar em todas as UC. Recorda que as secções são células base e que estas deveriam ter maior participação no debate. André Sendin elucida que as secções devem ter relação com os vários órgãos da ESCS e que esta relação não é unidirecional, as secções podem e devem tomar a iniciativa de contactar os órgãos.

Houve várias intervenções neste ponto e ficou claro que a perceção da Direção e a deste Conselho sobre a liderança participativa não coincidem. Sandra Miranda falando da gestão participativa, aberta, reforça que esta Direção procura ouvir e depois de ouvir procura integrar.



Contudo adverte que a liderança pode ser participada, aberta, mas só até certo ponto, e que muitas vezes, para cumprir prazos não é possível haver uma discussão alargada. Quanto às secções, do seu ponto de vista, estas nunca foram tão ouvidas como ultimamente, dado o exemplo da reunião anteriormente citada pelo Presidente. Informa que este ano, pela primeira vez, as secções receberam os horários primeiro que os coordenadores de curso. Mas também recorda que as secções podem ter a iniciativa de contactar a Direção. Rúben Neves refere que cada um deve estar consciente das suas funções dentro da ESCS e em particular as secções, para que a informação possa fluir.

Júlia Barros sente a necessidade de enquadrar a reunião referida, dizendo que nessa reunião foi apresentada a regra dos três terços. Mas que quando recebeu os horários foi no contexto da distribuição do serviço docente, nomeadamente, para ver como as aulas depois das 20h eram reflectidas nos contratos dos docentes, que aliás, lhe chegaram através da Dr<sup>a</sup> Paula Besteiro, ou seja, via Recursos Humanos. Reconhece que houve comunicação com as secções e isso é positivo, mas que além de informar também é importante ouvir as várias sensibilidades: secções, cursos e eventualmente docentes antes de se tomem as decisões, reforçando assim a necessidade de diálogo prévio.

André Sendin relembra que no final da Sessão Aberta disse que este era o início de partilha de experiências e incentivou as secções a tomarem iniciativa, a promoverem reuniões, contactar a Direção, outros órgãos, a terem um papel ativo na Escola.

Às 17h52m, por motivos justificados Tiago Duarte ausenta-se da reunião.

Helena Ribeiro concorda com o Presidente dizendo que na Sessão Aberta sentiu que a Direção estaria disponível para fazer ajustes. Contudo realça que, pelo menos no âmbito da sua secção, os responsáveis pelas UC nunca foram consultados sobre o horário estar organizado em blocos de 3h, o que para umas UC pode ser pacífico ou desejável, mas para outras é impraticável presencialmente e impossível online. E informa que quando essa informação chegou à secção a que pertence, a sua coordenadora a M<sup>a</sup> João Centeno enviou à Direção, em nome das responsáveis das UC, um pedido de esclarecimentos sobre os critérios que levaram à construção dos horários em blocos de 3h. E em resposta a Direção não apresentou qualquer esclarecimento, nem fundamentação dessa decisão. Neste caso em particular não houve liderança participativa, ainda mais a construção dos blocos de 3h contraria as recomendações e especificidades pedagógicas, nomeadamente, de algumas UCs teóricas.

André Sendin considera que foram ouvindo todos, que o voltaram a fazer na Sessão Aberta e que estão a fazer ajustes, mas adverte que nunca será possível que todos estejam de acordo. Realça que os horários ainda não estão fechados.

José Manuel Cavaleiro comenta que na Sessão Aberta, houve colegas que ficaram com a ideia que a Direção estava a informar e não entenderam a reunião como uma forma de serem ouvidos. Destaca que consultarem todos os dirigentes órgãos e de outras estruturas não é liderança participativa. André Sendin elucida que mudam em função do que ouvem e que isso é liderança participativa. Continuando o seu raciocínio José Manuel Cavaleiro refere que se a regra dos terços e dos módulos de 3h fosse discutida nas secções ir-se-ia perceber a diversidade que Júlia Barros havia mencionado, e considera que a regra dos terços não tem que se aplicar a todas as UC, por exemplo as UC práticas poderiam ter mais aulas presenciais a as teóricas menos. Concorda que as secções devem ter mais iniciativa, é um facto, mas refere que por vezes essas propostas são ilegitimamente barradas à partida. Referiu o caso da secção de Ciências Sociais, quando a secção propôs a contratação de um docente a tempo inteiro, embora a Direção possa pronunciar-se, a Secção só tem que apresentar as propostas em Conselho Técnico-Científico e em reunião desse órgão, a Direção pode dizer que não é possível fazer essa contratação, mas não *a priori*. Concluindo que por vezes as iniciativas não são bem acolhidas.

André Sendin considera que não devia ter falado com a coordenadora da secção de Ciências Sociais. Mas depois de saber da resposta do IPL sobre o assunto e tendo a certeza que haveria outros casos nas restantes secções, não queria criar uma crise e queria que todos estivessem em igualdade de circunstâncias.

Prosseguindo a reunião, Cláudia Silvestre enfatiza o decréscimo do número de alunos que escolheu o curso devido à visita à ESCS ou à Futurália e também o decréscimo do número de alunos que tomou conhecimento do curso de mestrado ou da pós-graduação através do website da ESCS, tabelas 33 e 34, reforçando que seria importante explorar as causas. Em relação às visitas guiadas, tabelas 35, questiona como é calculada a taxa de captação, dado que os resultados não lhe parecem consistentes. André Sendin diz que vai averiguar.

A Presidente agradeceu a presença da Direção e a disponibilidade em responder às questões levantadas, mesmo não estando relacionadas com o que aconteceu no período referente ao relatório em análise, dando assim por encerrada a discussão do RA. A Direção ausentou-se da sessão e passou-se à votação.

A Presidente, depois de perguntar se alguém queria fazer algum breve comentário, pôs à votação o RA de 2019. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

#### **4. Assuntos supervenientes**

Nada mais havendo a tratar, pelas dezoito horas e vinte minutos a Presidente deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata.

#### **A Presidente do Conselho de Representantes**



Cláudia Vasconcelos Silvestre

#### **A Vice-Presidente do Conselho de Representantes**



Helena Ribeiro

